



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

A INSERÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NAS POLÍTICAS CURRÍCULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA RECONTEXTUALIZAÇÃO NO CONTEXTO DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Roberta de Carvalho Nobre Palau – IF Sul-rio-grandense

Mauro Augusto Burkert Del Pino - UFPEL

Palavras-chave: Currículo; Educação Profissional; Recontextualização; Competências.

Introdução

Este trabalho relata os resultados de uma pesquisa que analisou o processo de recontextualização da inserção das competências no currículo do Curso Técnico em Eletrônica do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Pelotas a partir da implantação do Decreto nº 2.208/1997.

Este Decreto introduziu de forma pioneira o conceito de competências no currículo do ensino técnico federal. A intenção foi verificar quais alterações ocorreram especificamente no currículo do Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal Sul-rio-grandense do Campus Pelotas e o que efetivamente o conceito de competências trouxe de mudanças para a organização pedagógica dos professores. Nesse sentido, o problema que orienta esta pesquisa é: como as competências foram recontextualizadas no currículo do Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas a partir da implantação do Decreto nº 2.208/1997?



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

O termo competência foi inserido no currículo da Educação Profissional no Brasil a partir de uma Reforma Educacional imbricada de conceitos que surgem com a globalização e mudanças no processo produtivo. A inserção das competências no currículo é amplamente criticada e discutida pela sociedade científica até os dias atuais. A noção de competência é atravancada por uma série de indefinições, pois se questiona até que ponto essas mudanças não aprisionam a subjetividade do trabalhador às necessidades da reprodução do capital na realidade cada vez mais globalizada das relações de trabalho (RAMOS, 2011).

O conceito de competência proveniente da legislação é imbricado por interesses de mercado e possui um caráter operacional relacionado com a prática do trabalho, a um saber-fazer¹, conhecimento, o qual não é fácil de ser formalizado no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que está relacionado com a experiência do trabalhador.

Segundo Kuenzer (2002), a centralidade do currículo por competências foi adotada sem que houvesse uma discussão democrática com profissionais da educação e entidades representativas. Surgiu como uma imposição do governo às escolas e professores que tiveram que adequar-se a esta nova concepção.

O uso do termo recontextualização nesta pesquisa, remete a descontextualização e contextualização de determinado discurso quando

¹ (...) A expressão saber-fazer é utilizada para designar o produto de uma aprendizagem do trabalhador e sua disposição para mobilizar seus saberes no trabalho, sempre que necessário. Compreendem os saberes práticos, empíricos, as manhas do ofício, o golpe de vista. Hoje em dia compreende também a experiência do profissional que conhece tão bem seu meio de trabalho que pode anteciper as suas reações e resolver os problemas surgidos (FIDALGO; MACHADO, 2000, p.297).



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

inserido sob outra realidade (BERNESTEIN,1996). As políticas curriculares que inserem as competências no currículo da educação profissional quando deslocadas de sua origem e realocadas no contexto da escola podem ser resignificadas.

É evidente que as políticas não são simplesmente aplicadas, elas estão sujeitas à interpretação e reinterpretação. No contexto desta pesquisa, as políticas foram lidas e recontextualizadas pelos professores, que atuam no contexto da prática em sala de aula. Cada professor com suas características, especificidades, experiências e interesses que podem influenciar no modo de entendimento e implementação da política no cotidiano da escola e no currículo do curso.

A partir da perspectiva do “Ciclo de Políticas” para a análise de políticas educacionais, formulada por Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994), leva-se em consideração a formulação inicial da política até a implementação no contexto da prática e seus efeitos, destacando a necessidade de articulação entre os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (MAINARDES, 2006).

Esta pesquisa baseou-se em uma metodologia qualitativa e como instrumentos de investigação foram utilizados entrevista com oito professores que participaram das discussões sobre a inserção das competências no currículo do Curso Técnico de Eletrônica . Além de uma análise documental envolvendo legislações que orientam esta nova concepção curricular, assim como também de documentos institucionais, tais como projeto institucional e o currículo do curso.



As discussões e análise de dados foram feitas com base nas teorias de Basil Bernstein e Stephen Ball. A escolha por esses dois teóricos da área de sociologia da educação justifica-se por esta pesquisa apresentar uma abordagem sobre políticas que regem a Educação Profissional.

O surgimento das competências no currículo da educação profissional

As competências foram inseridas no currículo da educação profissional pela necessidade de um profissional diferente no mercado de trabalho. Segundo a legislação, essa necessidade surge a partir das mudanças no processo de produção ocasionado pela transição do Modelo Taylorista/Fordista para o Modelo Japonês de produção, conhecido com Just in Time. Esta transição é caracterizada por novas formas de organização do trabalho e de exigências diferentes do trabalhador.

Segundo Kuenzer (1998, p.111),

o processo em curso de superação do taylorismo/fordismo pelas novas formas de organização e gestão do sistema produtivo, a partir da crescente incorporação de ciência e tecnologia, através da substituição de tecnologias rígidas por tecnologias de base microeletrônica com suas decorrentes inovações nas áreas de materiais e equipamentos, vem causar profundos impactos sobre os processos pedagógicos. Se passa a exigir do homem novos conhecimentos e novas atitudes no exercício de suas múltiplas funções, como ser social, político e produtivo.

Del Pino (1997), em sua pesquisa em uma fábrica capitalista, analisa a migração de uma organização Taylorista/Fordista para o modelo japonês de



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

produção. O autor parte da perspectiva de que as novas formas de organização e gerenciamento do trabalho no capitalismo contemporâneo exigem uma nova formação para a força de trabalho atuar dentro da fábrica informatizada. Em sua pesquisa, sob este novo modelo de produção, são verificadas características requeridas para o trabalho, como polivalência, autonomia, autoconfiança, responsabilidade, iniciativa, capacidade de abstração, de antecipar situações futuras. Enfim, deseja-se uma pessoa que consiga articular conhecimentos práticos aos teóricos diante da realidade e desafios encontrados no seu dia-a-dia, requisitos antes não necessários à formação da mão-de-obra, em que a habilidade manual era o principal pré-requisito.

Atualmente, diante da complexidade das máquinas do processo produtivo, as quais causaram a diminuição dos postos de trabalho por substituírem vários funcionários, exige-se um trabalhador polivalente, que seja capaz de executar muitas tarefas diferentes, acompanhar o ritmo de produção, resolver problemas e operá-las de forma eficiente para garantir qualidade e produtividade.

Segundo Del Pino (1997), as mudanças resultantes do desenvolvimento das tecnologias, em especial com as novidades oriundas da chamada terceira revolução industrial, os conhecimentos científicos se tornam fundamentais. São esses conhecimentos que possibilitam novas práticas produtivas, novas relações dos trabalhadores com as ferramentas e máquinas, bem como novas relações entre os próprios trabalhadores, tendo em vista as novas divisões que surgem no mundo do trabalho. A questão é, serão as



competências baseadas em conceitos de cunho comportamental que irão suprir esta nova necessidade?

A recontextualização das competências a partir de Basil Bernstein e Stephen Ball

O termo recontextualização que é o conceito central desta pesquisa tem sua origem a partir das teorias do sociólogo Basil Bernstein. Segundo Bernstein (1996), o discurso educacional se produz e se reproduz em contextos distintos. Um contexto é chamado de primário quando diz respeito à produção do discurso. Este é o discurso oficial, também chamado de discurso pedagógico oficial, que se refere ao discurso da classe detentora do poder e diz respeito às políticas educacionais desenvolvidas para regulamentar a sociedade. Nesta pesquisa, o discurso oficial é constituído por decretos e pareceres que instituem as competências no currículo da Educação Profissional situado no primeiro campo de recontextualização.

Os documentos utilizados nesta pesquisa são os Decretos nº 2.208/1997 e nº 5.154/2004, assim como também os pareceres que orientam a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos decretos, a saber, Parecer CNE/CEB Nº 16/99 e o Parecer CNE/CEB Nº 39/2004.

O contexto secundário, segundo Bernstein (1996), é a reprodução do discurso, e essa reprodução passa por um processo chamado de recontextualização. Este refere-se à aplicação do discurso oficial com a sua interpretação e ressignificação por atores do processo educativo, cuja realidade e contexto são distintos daqueles que elaboraram o discurso oficial. O contexto secundário, em que ocorre a reprodução do discurso oficial, é chamado pelo autor de discurso pedagógico recontextualizado.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Na presente pesquisa, o contexto secundário corresponde ao modo como o currículo do Curso Técnico em Eletrônica foi elaborado² pelos atores do processo educativo com base nas exigências dos documentos oficiais e recontextualizado na organização pedagógica dos professores na prática em sala de aula.

O contexto secundário divide-se, nesta pesquisa, em dois campos de recontextualização, um segundo e um terceiro Campo. O segundo Campo de Recontextualização é determinado pelo discurso oficial da instituição e engloba o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrônica após o Decreto nº 2.208/1997, além do Projeto Pedagógico Institucional. Dos documentos do Instituto Federal Sul-rio-grandense foram analisados o Projeto Pedagógico Institucional e o Projeto do Curso Técnico em Eletrônica.

O terceiro Campo de Recontextualização corresponde ao modo como o discurso oficial da instituição é recontextualizado na organização pedagógica dos professores na prática em sala de aula. O discurso oficial da instituição já é um discurso recontextualizado, porém, quando ele é aplicado pelo professor na sala de aula, a recontextualização ocorre novamente em um contexto de reprodução. A figura 1 abaixo apresenta essa divisão em campos de recontextualização.

² Considerando que este currículo foi elaborado com base nas exigências dos documentos oficiais, subentende-se que ele passou por um processo de recontextualização. Já que este há um deslocamento do discurso oficial de seu contexto de origem para o contexto da instituição.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA



Figura 1. Modelo que representa os campos de recontextualização da pesquisa

Essa separação em campos de recontextualização é baseada nos estudos de Bernstein (1996) e também contempla a abordagem do Ciclo de Políticas de Ball (1992), visto que ocorre uma análise da trajetória da política das competências a partir da sua formulação, em um contexto da produção de texto até o contexto de sua implementação, o contexto da prática. O contexto da influência perpassa por todos os campos de recontextualização. Segundo Mainardes (2006), na análise de uma política educacional à luz do Ciclo de Políticas de Ball, é importante que se parta da formação do discurso dessa política e sobre a interpretação dos profissionais que nela atuam para que então se torne possível relacionar o discurso e a prática.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

A recontextualização remete a descontextualização e contextualização de determinado discurso quando inserido sob outra realidade. Os atores do processo educativo que “aplicam” o discurso oficial são influenciados pela realidade em que estão inseridos, por suas experiências, pelo histórico em que estão situados. Todas essas especificidades influenciam nas formas de interpretação do discurso oficial e isso é chamado por Bernstein de um processo de recontextualização (BERNSTEIN, 1996).

A intenção ao utilizar este conceito na pesquisa é salientar o quanto um discurso, neste caso as competências previstas na legislação vigente, pode ser passível de interpretações diversas em sua constituição e aplicação na realidade da escola

Nas palavras de Domingos *et. al* (1985, p. 301),

quando os agentes de recontextualização se apropriam de um texto, este, antes de ser recolocado, sofre uma transformação, cuja forma é regulada pelo princípio de descontextualização, ou seja, o texto é primeiro deslocado para em seguida ser recolocado. Então, esse texto já não é o mesmo. Mudou a sua posição em relação a outros textos, práticas e posições e foi modificado pela selecção, simplificação, condensação e elaboração; foi, pois, reposicionado e refocado.

Fica claro que as políticas não são simplesmente aplicadas, elas estão sujeitas à interpretação e reinterpretação. No contexto desta pesquisa, as políticas foram lidas e recontextualizadas pelos professores, que atuam no contexto da prática. Cada professor com suas características, especificidades, experiências e interesses que podem influenciar no modo de entendimento e implementação da política no cotidiano da escola. A interpretação das políticas



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

criam contrastes entre o Discurso Oficial e o Discurso Pedagógico Recontextualizado.

A partir da perspectiva do “Ciclo de Políticas” para a análise de políticas educacionais, formulada por Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994), dou embasamento às análises deste trabalho. O discurso oficial é deslocado de seu contexto original quando implementado no contexto da prática, uma vez que os profissionais que tratam dessas políticas nesse contexto, já que eles não só reproduzem o discurso, mas interferem em sua reconstrução a partir do contexto em que estão situados (MAINARDES, 2006).

Segundo Mainardes (2006, p. 50) no artigo em que desenvolve seus argumentos a partir do ciclo de políticas formuladas por Ball e seus colaboradores,

os autores indicam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas.

As mudanças ocorridas no currículo da Educação Profissional a partir do Decreto nº 2.208/1997 foram consideradas como Reforma da Educação Profissional. Isso, no contexto da prática, causou muitas discussões e conflitos, visto que eram necessárias novas formas de organização e também a inserção de competências no currículo. Portanto, esta investigação busca verificar o Discurso da Política (Discurso Oficial) contrastando-o com o discurso da prática



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

no Curso Técnico em Eletrônica, trazendo contribuições a respeito de como essa política foi recebida pelos profissionais e implementada no referido curso.

Ainda argumentando a partir das teorias de Ball e colaboradores, Mainardes (2006, p. 53) complementa que “[...] o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”.

Um dos pontos interessantes das teorias de Ball é a evidência que consegue dar aos professores, os atores que se situam no contexto da prática, já que eles não são simples leitores e reprodutores de um discurso ou de uma política. Segundo o autor, eles também podem criar sua própria política, pois o contexto da prática não está a parte de influências, de disputas e de interesses locais e os professores neste contexto têm controle sob esse processo.

Outro fator forte que influencia no contexto de produção de textos das políticas educacionais atualmente é a globalização. O processo de globalização tem uma relação complexa com a educação, já que as reformas da educação pública são justificadas por este processo. A globalização nos textos das políticas é utilizada frequentemente para explicar qualquer mudança (BALL,1998).

Pode-se constatar, a partir do Decreto nº 2.208/1997 e do Parecer CNE/CEB Nº 16/99, que uma das principais justificativas segundo os documentos oficiais para mudança curricular é resultado da revolução tecnológica e do processo de reorganização do trabalho. A partir dessas mudanças, verifica-se a necessidade de trabalhadores com perfis diferenciados



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

devido justamente às mudanças provenientes dos avanços das tecnologias nesse mundo globalizado, uma vez que as exigências são outras.

A partir de todo o processo de globalização, percebe-se o fator humano como um elemento importante de produção, ou seja, as habilidades, as qualificações do ser humano passam a ser vistas como determinantes de desempenho eficiente de empresas e na economia. Essa convergência da educação para suprir uma demanda do mercado torna-se conveniente para justificar tal necessidade.

O discurso neoliberal encontra-se fortemente na sociedade, em nosso cotidiano e nos textos das políticas. O neoliberalismo acaba sendo reproduzido em textos na elaboração das políticas e essa elaboração traz abordagem de outros locais, países e das mais diversas influências. Ball (1998) deixa claro que as políticas que chegam ao contexto da prática embebidas de interesses e relações de poder, quando recebidas, ainda são interpretadas, recontextualizadas, no sentido em que o discurso é deslocado de sua origem. Portanto, embora exista uma grande pressão e influência da globalização, existem também no contexto da prática resistência a essas ideias, assim como também contramovimentos ao processo de globalização.

Outro fator relevante é que a política curricular é produto de inúmeras influências, disputas e negociações e a sua interpretação em si é um processo bem mais complexo do que aparenta ser, uma vez que nos textos não estão necessariamente explícitos o “como fazer” (BALL, 1998).

Portanto o processo de recontextualização das competências pode ser um forte aliado para produzir mudança e ressignificar tal conceito que vem



sendo discutido amplamente por seu discurso dominante pela lógica de mercado.

A recontextualização das competências no contexto do Curso Técnico de Eletrônica do IFSul-rio-grandense

É evidente a ocorrência da recontextualização das competências quando deslocadas do primeiro campo de recontextualização para o segundo campo, assim como do segundo para o terceiro campo. A partir desta pesquisa foi possível perceber que a resistência da sociedade científica às competências é compartilhada pelos professores envolvidos no processo de reconstrução curricular e inserção das competências no currículo do Curso Técnico de Eletrônica.

Assim como também os documentos institucionais deixam claro a necessidade de descontextualização do discurso oficial para a contextualização de competências no contexto da Instituição, como forma de reconstruir o seu significado. A noção de competências deve ser colocada sob diferentes concepções pedagógicas com o objetivo de reconhecer o seu real significado (IFSUL, 2010).

Em termos de organização curricular, a inserção das competências trouxeram mudanças significativas. Mas trabalhar com competências não significou deixar de trabalhar com conteúdos, na verdade foi feita uma transposição dos conteúdos para competências e habilidades para formalização deste novo currículo. Foi deslocada a questão “ quais conteúdos devemos trabalhar” para “ quais competências devemos desenvolver?”.

A resistência dos professores com as competências foram bem nítidas no depoimento dos entrevistados. . O motivo pelo qual justifica essa



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

resistência, segundo eles, é a forma como foram implementadas no currículo do Curso Técnico em Eletrônica na época. Ocorreu de forma abrupta e imposta pela direção do campus em consequência da legislação vigente e exigência do governo nesse período. O momento de inserção das competências no currículo do curso foi atravessado por uma série de dificuldades, conflitos e dúvidas, principalmente a respeito do modo que deveriam ser feitas as mudanças no currículo do curso e na organização pedagógica dos professores para abarcar o novo conceito. Como é possível perceber na fala do professor que segue abaixo.

A princípio o contra foi pela questão da forma como foi feito que, foi à questão da imposição, no curso de eletrônica [...] estava se prevendo trabalhar de forma realmente integrada, forma interdisciplinar e aquilo ali fez com que nós interrompêssemos a nossa forma de trabalho pra se adaptar a uma forma imposta que a gente não sabia exatamente como fazer então acabou aquilo ali nos atrapalhando, aquilo foi um prejuízo muito grande naquele momento que aconteceu que a gente vinha bem, trabalhando muito bem naquele momento (PROFESSOR F).

O Professor H complementa, quando explica o motivo pelo qual foi contra as competências,

fui contra pela concepção filosófica do modelo de competências, porque o modelo de competências ele visava a subordinação do ambiente escolar a lógica do mercado [...] A competência quando ela vem pro ambiente educacional ela vem a partir da lógica da administração, ela vem puxada de economia e administração e aí é o problema por que como é que a escola vai aferir



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

competência de alguém e essa a função da escola? É o ambiente escolar o espaço de definir a competência de alguém, esse é um viés pro lado da avaliação. Outro viés da competência que é nociva quando atrelada ao ambiente escolar é a questão de quem é que define a competência pela trajetória que ela veio parar no ambiente educacional quem define a competência é o mercado, e os conhecimentos que o mercado precisa são aqueles que o trabalhador precisa pra se emancipar? Certamente não, então é esse o grande problema (PROFESSOR H).

A reforma surgiu no momento em que o Curso Técnico em Eletrônica era anual, integrado e, segundo os professores, vivia o período de maior sucesso escolar. O currículo do curso integrado, depois de muitos ajustes estava como haviam planejado, relacionando teoria, prática e oportunizava trabalhos com projetos, independentemente de uma pedagogia por competências. Os saberes práticos e teóricos eram relacionados e significados ao longo do curso. Havia um sentimento de grande satisfação com o curso anual e integrado em termos de projeções e resultados.

A inserção das competências e a ruptura dos ensinos técnico e ensino médio que acompanham a reforma fez com que se deixasse de lado o curso que eles acreditavam para a criação de um novo com base nas competências profissionais. Os professores também não estavam acostumados a trabalhar com competências e não haviam recebido nenhum preparo com relação ao novo conceito. Segundo eles, a supervisão pedagógica, que representava a direção junto à coordenação do curso, trouxe ideias para um currículo baseado em competências e habilidades que deveria obrigatoriamente ser implementado, porém não se sabia exatamente o modo de implementar.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

A partir das ideias iniciais, estudo das novas diretrizes curriculares e discussões entre os professores, foi criado um novo curso com um currículo baseado em competências e habilidades de sistema modular. A principal mudança no currículo foi a forma como ele era organizado, que, em vez de organizado por conteúdos, era elaborado a partir de competências e habilidades. As competências criadas para o currículo foram baseadas nos conteúdos técnicos do curso anual.

Outra mudança bastante significativa na organização curricular diz respeito às saídas intermediárias no decorrer do curso, o qual era dividido em quatro módulos. Essas saídas possibilitavam que o aluno, ao finalizar o terceiro módulo, saísse com um certificado de Auxiliar Técnico em Instalações e Manutenção de Sistemas Informatizados. No quarto módulo, ele obtinha o certificado de Auxiliar Técnico em Instalações e Manutenção de Sistemas Eletrônicos e Industriais; e por fim, após o estágio curricular, de Técnico em Eletrônica. Segundo os professores, essa ideia veio de cima para baixo, e eles tiveram apenas que pensar como coloca-la em prática, o que prejudicou e interferiu bastante no sequenciamento dos conteúdos desenvolvidos ao longo do curso e que, conforme eles, balançou a estrutura do curso.

Segundo o Professor C,

As competências da forma que foram implantadas na época elas, vamos dizer assim, foi de uma forma muito abrupta e foi vinculado a saídas intermediárias dos cursos. Para vincular as competências às saídas intermediárias foram quebradas a sequência normal das disciplinas. O que significa isso? coisas que seriam lá do último módulo se puxava para o primeiro e isso gerou uma quebra na nossa sequência de aprendizado e



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

portanto, muitas vezes houve um desregramento da sequencia e com isso muitas vezes o aluno ficava meio perdido nisso tudo[...] (PROFESSOR C).

. A insegurança demonstrada na fala do professor esta associada à incompletude da formação ou mesmo da sequencia curricular que compõe o projeto do curso em função das saídas intermediárias. Percebe-se uma fragilização do ensino causado pela reforma em virtude de uma demanda por rápida qualificação de mão-de-obra em função de uma formação imediatista para o mercado de trabalho que pode ter provocado um estreitamento nos conhecimentos trabalhados no curso, a fala do professor vai ao encontro das críticas tecidas as competências na revisão bibliográfica desta pesquisa.

A vinculação das competências com a forma de avaliação foi estabelecida por todos os entrevistados. De todas as mudanças trazidas pelas competências, a mais mencionada pelos professores nas entrevistas e o motivo das maiores complicações é relativa à avaliação dos alunos. Tomou-se como medida uma avaliação por competências e habilidades de forma mais continuada e de acompanhamento mais subjetivo, já que, segundo eles, a avaliação não poderia ser por notas. Não se tinha uma necessidade obrigatória de ter a prova como avaliação. Porém, surgiu a dúvida de como avaliar tais competências e deixar definido os critérios e o processo de avaliação.

Como podemos perceber a inserção das competências no Curso Técnico de Eletrônica foi atravessada por uma série de dificuldades, conflitos e dúvidas com relação ao modo como deveriam ser implementadas na mudança



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

do currículo, na organização pedagógica dos professores para abarcar esse novo conceito.

Vale aqui ressaltar que as mudanças relativas à organização pedagógica dos professores foram diretamente relacionadas às mudanças no processo de avaliação, tanto que há uma ligação muito forte na fala dos professores do termo competência ao processo de avaliação do aluno. Já quanto a prática pedagógica relativa ao ambiente de sala de aula, ou seja, a forma que davam aula, eles argumentaram não ter mudado e que continuaram trabalhando com a mesma metodologia, exposição oral dialogada, exercícios, apostila e práticas com roteiros. A principal preocupação era de trabalhar bem o conteúdo básico para o profissional que está em formação.

Poucos professores mencionaram o trabalho com projetos, na verdade, apenas dois, dos oito entrevistados. O conceito de competência que remete à ação e a um currículo baseado em atividades práticas e execução de atividades não foi levado a risca no currículo do Curso Técnico em Eletrônica. Os professores mostraram-se muito preocupados com a base, com o conteúdo e conhecimento do aluno. Existiam aulas práticas e desenvolvimento de pequenos projetos interdisciplinares entre algumas disciplinas, mas esses não foram o ponto central do currículo. A base permaneceu sendo o conhecimento científico específico da área.

No depoimento dos professores é evidenciado uma preocupação com o conhecimento científico e ao mesmo tempo um receio com relação as competências quanto à implantação de um currículo voltado para atividades práticas direcionadas para conhecimentos específicos ou até mesmo para um treinamento para o mercado.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

[...]A visão aqui no curso é de não trabalhar especificamente, mas de trabalhar com um conhecimento amplo pra que o nosso técnico fosse com o conhecimento mais abrangente possível pra poder coordenar equipes, pra ter uma função mais qualificada nas empresas e não especificamente pra uma área de uma empresa, de uma indústria, cheguei a fazer cursos no Senai e era tudo muito dividido, era seguindo uma sequência de passos, no final tu ganhava teu diploma pra executar aquelas atividades ali mas era muito bitolado, não podia sair fora do da apostila então por isso eu acho que também não era muito conveniente pra nós (PROFESSOR D).

Quando o professor D fala do técnico formado pelo curso com um conhecimento amplo, o professor remete à fala de outros professores que também mencionaram o mesmo aspecto. Eles argumentam que o Curso Técnico em Eletrônica sempre teve uma característica de formar um “Técnico Generalista”³, de conhecimento amplo com a finalidade de dar ao aluno uma base em diferentes ramos da Eletrônica. O objetivo de formar um técnico com esse perfil seria de permitir que o trabalhador possa atuar em diferentes ramos, o que amplia as opções de atuação dele no mercado de trabalho.

Segundo o Professor B, é importante que

o aluno consiga sair daqui e ser útil pra ele e para sociedade, que ele consiga fazer as coisas por si só, que ele tenha independência. Eu praticamente penso assim o aluno, ele não precisa de tudo, mas ele tem que ser capaz de ter as ideias pra resolver o problema ou resolver aquilo que ele está lidando, ou seja, ele tem que ter o conhecimento básico e ele tem que ter capacidade de evoluir para conhecimentos avançados (PROFESSOR B).

³ Foi o termo utilizado por pelo menos três professores entrevistados para determinar o perfil do Técnico em Eletrônica formado pelo curso.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Segundo os professores, o profissional formado pelo curso teria subsídios suficientes para aprender conhecimentos mais específicos, porém estes, mais especificamente em sua própria atuação no trabalho, pois tem um conhecimento generalista proporcionado pelo curso. Isso amplia as oportunidades de trabalho, pois o foco da formação está no aluno e não no mercado de trabalho.

Tal postura dos professores em relação ao currículo evidencia mais uma vez que a recontextualização das competências acontecem. Os interesses⁴ por trás do discurso oficial que rege a Educação Profissional visa a uma formação especializada, mais pontual para atender uma demanda de mercado, mas esse discurso é modificado pelos interesses e influências das pessoas envolvidas na elaboração do currículo e na sua aplicação em sala de aula, embora houvesse a obrigatoriedade de implementar as competências. Ou seja, as mudanças são promovidas pelo deslocamento do discurso oficial para um contexto diferente, o contexto da escola (contexto da prática), mais especificamente, o contexto do Curso Técnico em Eletrônica. Nela, percebe-se que quando o discurso oficial passa do primeiro campo de recontextualização para o segundo campo e terceiro ele é interpretado a partir de um novo contexto, que tem conseqüente sua história, influências e interesses.

Vale aqui ressaltar que a formação de um “técnico generalista” expressa a preocupação dos professores com o conhecimento e não com a competência. Mesmo com um currículo baseado em competências, no depoimento dos professores, fica clara a preocupação dos professores quanto

⁴ Caracterizam o contexto da influência de Ball, que se faz presente nos três campos de recontextualização desta pesquisa (MAINARDES, 2006).



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

ao conhecimento científico a ser desenvolvido no curso. Isso converge para uma citação de Del Pino (1997), segundo o qual as mudanças resultantes do desenvolvimento tecnológico fazem com que os conhecimentos científicos sejam fundamentais para possibilitarem novas práticas produtivas, novas relações dos trabalhadores com as ferramentas e máquinas, bem como novas relações entre os próprios trabalhadores, tendo em vista as novas divisões que surgem no mundo do trabalho.

A preocupação com o conhecimento científico não elimina do currículo as atividades práticas, que, segundo eles, são importantes e devem se fazer presente no curso. No entanto, elas não constituem o centro do currículo, ainda que fosse um currículo baseado em competências profissionais.

Considerações Finais

Pude observar que de fato as competências em sua conjuntura constituem um tema polêmico, complexo, mal resolvido, mal definido e atravessado por dificuldades de interpretação e implementação. Neste trabalho foi possível perceber que no contexto da prática dos professores este não é um conceito bem aceito e não traz boas lembranças ao currículo do Curso Técnico de Eletrônica, embora as competências se façam presentes na atual legislação. No contexto da prática dos professores e no currículo do curso estudado elas foram resignificadas e, atualmente, no currículo integrado praticamente esquecidas.

Ainda que implementadas a partir da reforma promovida pelo Decreto nº 2.208/1997, a partir desta data teve presença forte no currículo do Curso Técnico em Eletrônica. Este conceito embebido de interesses de mercado



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

passou por um processo de recontextualização nos textos produzidos na elaboração do currículo do curso, assim como também do Projeto Pedagógico do IFSul, de forma que muitos aspectos não repercutiram no discurso institucional. Mesmo assim, a implementação das competências causou grandes mudanças no currículo e em parte na organização pedagógica dos professores, conforme foi verificado nas entrevistas realizadas.

Verificou-se que a tradição e o perfil profissional dos professores e funcionários do Curso Técnico de Eletrônica influenciam e modificam as formas de compreender o discurso oficial. Percebe-se que a inserção das competências no currículo da Educação Profissional trouxe consigo ideologias que não foram bem recebidas pelos professores. A resistência a essas ideias amenizaram um pouco o discurso regulador das competências, porém não evitaram algumas mudanças que, segundo os professores, causaram alguns prejuízos ao ensino. Verificou-se que no contexto da prática e da influência, que permeiam o processo de recontextualização, os professores entendem o aluno como centro do processo educativo e não o mercado. O aluno é visto como um sujeito agente de sua própria emancipação, e o conhecimento científico o promotor de sua formação.

A partir da análise de Bernstein pode verificar que o processo de recontextualização gerou, no nível da prática pedagógica um modelo diferenciado daquele originalmente pensado pela reforma, trata-se do que Ball configurou como sendo resultado do ciclo de política isto é o contexto de influência recontextualizou a política original.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Ainda que as competências, do modo como vêm sendo abordadas, sejam de difícil aplicação no atual currículo da Educação Profissional, pois remetem ao desempenho de atividades requeridas pela natureza do trabalho, não significa que esse ensino não possa ter atividades práticas. Ao contrário, atividades como essas devem constar no currículo e são importantes para a formação de um técnico. A articulação de aulas teóricas com aulas práticas experimentais em laboratórios são bem vindas e necessárias. Nesse caso, o foco deve ser uma aprendizagem voltada para a construção de um saber elaborado pelo aluno a partir do resgate de conhecimentos teóricos prévios. Com isso, evita-se treinar o aluno especificamente para o mercado e se possibilita um embasamento suficiente para que ele possa crescer e desenvolver seu próprio conhecimento e competência. Embora essa articulação não dependa de um currículo centrado em competências.

O estabelecimento de relações entre teoria e prática deve ser mais bem avaliado quando se trata de um currículo baseado em competências. O saber-fazer deve ser visto não como centro do processo de ensino e aprendizagem, mas como parte, como complemento. As competências, portanto, necessitam ser concebidas como resultado de todo um processo complexo educacional e não como o centro a partir do qual deve ser construído o currículo.

De acordo com o conceito de competências proveniente da legislação, decorrente do Parecer CNE/CEB Nº 16/99, pode-se afirmar que é no estágio curricular que o aluno irá desenvolver competências e habilidades, pois é no estágio em que ele tem o primeiro contato com seu ambiente de trabalho. Neste momento o resgate dos conhecimentos trabalhados no curso serão



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

estabelecidos conforme a necessidade do trabalhador. O conceito de competências é relacionado à capacidade de mobilizar conhecimentos e habilidades para o desempenho de atividades requeridas pela natureza do trabalho. Portanto, é no estágio curricular que o aluno desenvolverá suas competências baseado na articulação e mobilização de conhecimentos prévios, pois é somente lá que ele terá contato com a natureza do trabalho.

Cabe à escola proporcionar ao aluno uma boa formação que permita fora dela o estabelecimento de tais competências, pois conforme o conceito, tais competências só são realmente desenvolvidas a partir de atividades práticas relativas a natureza do trabalho. Uma formação baseada em atividades práticas pode causar um estreitamento dos conhecimentos, e atualmente, conhecimentos muito especializados podem ter caráter passageiro, já que o mundo do trabalho se encontra em constante mudança. Portanto deve-se refletir se as competências realmente são o conceito mais adequado para ter como centro do processo educativo a partir da literatura originalmente utilizada pela reforma.

Referências

BALL, Stephen J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.127-137.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996. 307p.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. **Educação, trabalho e novas tecnologias: as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1997. 221p.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

DOMINGOS, Ana Maria; BARRADAS, Helena; RAINHA, Helena; NEVES, Isabel Pestana. **A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 406p.

FIDALGO, F. MACHADO, L. (eds). **Dicionário da Educação Profissional**. N Ed. Belo Horizonte: Nete, 2000. 406p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Projeto Pedagógico Institucional - Uma construção participativa**. 2010. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&Itemid=81> Acesso em: 22 mai. 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Conhecimentos e Competências do Trabalho e na Escola**. *Boletim Técnico do Senac*, vol. 22, n.2, 2002, p. 3-11.

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.19, n.63, p.105-125. Ago. 1998.

Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200007> Acesso em: 10 jun. 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan./abr.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2014.

RAMOS, Marise.N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.320p.